

Destaque

Relator pretende levar MP do Bem à votação até a próxima semana

Apine propõe desoneração de novos investimentos em térmicas a gás e carvão, isonomia para depreciação e critérios de redução do UBP

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

26/07/2005

A Medida Provisória 252, conhecida como a MP do Bem, deve ser votada até o fim da próxima semana, quando termina o prazo regimental no Congresso Nacional. A medida, aguardada por diversos agentes do setor, pode desonerar os novos investimentos para o setor caso as propostas entregues na reunião entre representantes de associações e o relator da MP, Custódio Matos (PSDB-MG), sejam incluídas. O parlamentar tem reuniões programadas com membros do governo federal, a fim de formatar a proposta com as emendas antes de levá-las à votação.

A reunião, realizada nesta terça-feira, 26 de julho, contou com a presença de membros de quatro associações: **CBIEE (investidores)**, Abrace (grandes consumidores), Apine (produtores independentes) e Abradee (distribuidores). Segundo o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Régis Augusto Martins, entre as propostas da associação está a isenção de PIS/Cofins para novas usinas térmicas a gás natural e a carvão, como ocorria na legislação anterior. Régis ressaltou que, no caso do gás, a alíquota zero de Pis/Cofins foi um dos incentivos para o Programa Prioritário de Termoeletricidade.

Outra medida, contou, é a isonomia tributária para a aplicação nos cálculos de depreciação de ativos das geradoras, que é queixa recorrente dos investidores. A terceira medida destacada por Martins foi a adoção de um critério para o Uso do Bem Público de usinas já licitadas, mas com obras não iniciadas, que permita desonerar as respectivas construções.

Martins ressaltou que a participação dos empreendimentos com alto valor de UBP nos leilões de energia nova será inviabilizada, uma vez que a legislação atual não adota mais o ágio como critério. Ainda de acordo com Martins, empreendedores poderão devolver concessões caso o UBP seja mantido e a participação nos leilões seja com base no menor preço da energia.